

VERBAS DO QREN

CPCI defende readaptação

Economia

O presidente da Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário - CPCI considera fundamental que, no âmbito do acordo com a Troika, seja salvaguardada a capacidade de crescimento da economia, afirmando que "um corte cego no investimento produtivo só contribui para agravar ainda mais os problemas que afectam o nosso país".

Não obstante a necessária consolidação do défice, Reis Campos lembra que "a política económica deve garantir o futuro de Portugal, o que só é possível com um desenvolvimento sustentado", acrescentando que "o combate ao desemprego e à desagregação do nosso tecido empresarial tem de passar pela concretização de um plano de projectos de proximidade".

Salienta que "as carências do país são evidentes", identificando desde logo como áreas críticas a reabilitação urbana, a qualificação de infra-estruturas de transporte, de energia, de água e ambiente, "cujas con-



DIREITOS RESERVADOS

dições de segurança devem ser reavaliadas e assegurada a sua manutenção preventiva", bem como a intervenção em equipamentos sociais, "como escolas, tribunais, esquadras, hospitais, centros de saúde" e "no património histórico e cultural".

Afirma que o avanço destes investimentos gera "aumento imediato do emprego, acréscimo do potencial produtivo do país

e melhoria da qualidade de vida das populações". Por outro lado, visto estarem territorialmente disseminados, acrescenta que "têm um grande impacto local, mobilizando uma diversidade de empresas de várias dimensões e especialidades e estimulando a procura privada e a produção nacional".

Neste contexto, Reis Campos entende ser premente a reorien-

tação, para estes projectos, dos cerca de 15 mil milhões de euros em apoios do QREN, que estão à disposição do nosso país e que não podem ser desperdiçados. De facto, aquele dirigente defende que "a renegociação deste programa de convergência face às evidentes dificuldades na obtenção da comparticipação nacional" é fundamental, por forma a salvaguardar a "utilização

de 70% dos fundos estruturais ainda não executados".

O presidente da CPCI afiança que "a concretização destas medidas permite dar uma nova dinâmica a este sector de actividade, evitando lançar para o desemprego mais 140 mil trabalhadores, o que obrigaria o Estado a suportar um encargo orçamental de dois a três mil milhões de euros". ■

**AICCOPN**

Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas

Próximas Formações:

. 2 de Junho**As Medidas Previstas no Acordo de Ajuda Externa Implicações para o Sector****. 3 de Junho****Gestão Estratégica e indicadores de desempenho**Sede: Rua Álvares Cabral, 306 4050 - 040 PORTO
Tel: 22 340 22 00 Fax: 22 340 22 97 E-mail: geral@aiccopn.ptwww.aiccopn.pt**Formação AICCOPN 2011**